



Número: **0829148-65.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **18/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AROLD RAIMUNDO DA SILVA (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26285356	18/11/2019 15:40	Petição Inicial	Petição Inicial
26285361	18/11/2019 15:40	Petição Inicial	Outros Documentos
26285363	18/11/2019 15:40	Procuração	Procuração
26285364	18/11/2019 15:40	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
26285366	18/11/2019 15:40	BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos
26285367	18/11/2019 15:40	Doc. Médica 1	Outros Documentos
26285368	18/11/2019 15:40	Doc. Médica 2	Outros Documentos
26285369	18/11/2019 15:40	GuiaCustas	Outros Documentos
26739059	03/12/2019 13:59	Certidão	Certidão
26745932	03/12/2019 16:16	Despacho	Despacho
26839297	06/12/2019 09:00	Carta	Carta
28917399	09/03/2020 16:00	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
28918171	09/03/2020 16:12	Mandado	Mandado
28936211	10/03/2020 09:33	Petição	Petição
28936216	10/03/2020 09:33	Petição	Outros Documentos
29638061	03/04/2020 08:10	Despacho	Despacho
29650585	03/04/2020 10:52	Petição de Provas	Petição
29650595	03/04/2020 10:52	Petição de Provas	Outros Documentos
29655752	07/04/2020 19:47	Decisão	Decisão

29744 995	08/04/2020 18:06	Certidão	Certidão
--------------	------------------	--------------------------	----------

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

AROLD RAIMUNDO DA SILVA, brasileiro, casado, op. de máquinas, portador do RG de nº 1499160 e CPF de 929.739.224-53, residente e domiciliado na Rua Jesuíno Alves Correia, 681, Cruzeiro na cidade de Campina Grande-PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Rua: Antônio Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS

A parte autora foi vítima de acidente, fato ocorrido no dia 28.06.2019, quando estava a transitar com sua motocicleta HONDA NXR 150 BROS, modelo/ano 2009, cor vermelha, de placa MOM-6194, quando em um dado momento do percurso viu que um animal tipo cachorro atravessou a via, que foi inesperadamente, vindo o autor colidir com o animal e devido o impacto foi jogado ao solo vindo a sofrer lesões graves como: **FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, o que sem dúvidas realizou comprometimento do membro, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital Antônio Targino, onde o mesmo submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA

M.M, Julgador, a parte autora solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Entretanto, para sua surpresa, **TEVE O BENEFÍCIO NEGADO AO ARGUMENTO DE QUE NÃO HOUVE LESÕES/SEQUELAS HÁ INDENIZAR.**

Ora, Excelência, a autora sofreu diversas lesões físicas, as quais deixaram seqüelas permanentes, fazendo jus, portanto, ao recebimento do seguro ora pleiteado, não devendo prosperar a negativa administrativa.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor e da negatória administrativa, este busca a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas,



indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007 , devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, porém o autor não possui capacidade econômica para arcar



com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV : "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"

É cediço que a Lei nº 11.482/2007 deu nova redação ao art. 3º da Lei de Regência, estabelecendo novo valor para indenização por invalidez permanente, qual seja, o quantum de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Por outro lado, não se pode olvidar que com o advento da Lei nº 11.945/2009, o pagamento de indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez do beneficiário passou a ser feito com estrita observância ao grau de lesão experimentado pelo segurado, grau esse que só poderá ser objetivamente mensurado com a perícia médica judicial.

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a indenizar o promovente ao pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor Máximo 13.500,00 (treze mil e quinhentos) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Novo Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);



06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08 – Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando MEDICO PERITO desta localidade, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

19 – requer que a promovida faça juntar ao caderno processual, o processo administrativo com todos os documentos originais que foram entregues a mesma, especialmente a documentação médica completa;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$13.500(treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 18 de Novembro de 2019.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)



PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA, brasileiro (a),
CASADO, CP. MAIOR, portador da Cédula de Identidade nº:
1499160, inscrito no CPF nº: 929.1739.1224.53, residente e domiciliado
na Rua JOSEMAR ALVES CORREIA, Nº 681, Bairro, CRUZES,
na Cidade de CAMPINA GRANDE/PB. 98822-5277

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na
OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: Dinamarca Alves Correia,
1020, loja 02, Dinamérica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-
5048/98769-2274.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos
do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta
Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou
reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo
reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação,
confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como
substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier,
praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato,
ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do
Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art.
5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos
Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária
advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%,
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial
sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 29 de Julho de 2019.

X Aroldo Raimundo da Silva
Outorgante/Declarante

Rua: Dinamérica Alves Correia, nº1020, loja 02,
Dinamérica, Campina Grande – PB. CEP: 58400-000.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
AROLD RAIMUNDO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
1499160 SSP PB

CIT
929.739.224-53 DATA NASCIMENTO
29/01/1971

FILIAÇÃO
INACIO RAIMUNDO DA SILVA
MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA

PERMISSÃO ☐ ACC ☐ CALHAR ☐ AB

Nº REGISTRO
03463177544 VALIDADE
09/07/2019 1ª HABILITACAO
22/12/2004

OBSERVAÇÕES

Aroldo Raimundo da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

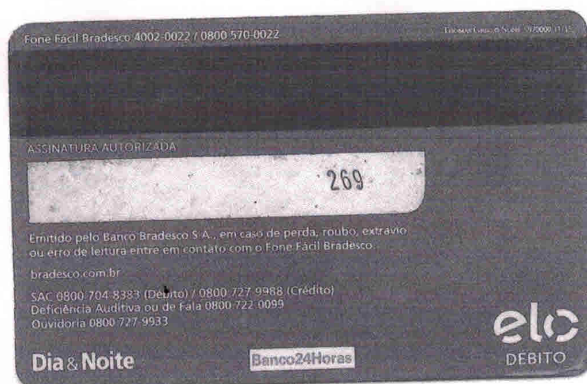
LOCAL
CAMPINA GRANDE, PB DATA EMISSAO
11/07/2014

Rodolfo Carvalho
ASSINATURA DO EMISSOR 84168185912
PB028877020

DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
894500622

PROIBIDO PLASTIFICAR
894500622



SOLANGE BARBOSA DA SILVA
RUA JESUINO ALVES CORREIA, 861 / B - CRUZEIRO
CAMPINA GRANDE / PB CEP: 59415-246 (AG: 401)

Ligação: MONOFÁSICO
Cis/Soc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Rotário: 18 - 401 - 964 - 330 Referência: Ago / 2019
Medidor: 00002357697 Emissão: 28/09/2019



ENERGISA BORSOREMA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Des. Raimundo Azeiteiro, 4739 - BR 230 - KM 158 - Três Irmãs
Campina Grande/PB - CEP: 58423-700
CNPJ: 09.826.586/0001-95 Insc. Est.: 16.003.839-1
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 004 536 046
Cód. para Deb. Automático: 00301620442

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/RANI
Ago / 2019 28/08/2019 27/09/2019 674.367.064-20
Insc. Est.:

UC (Unidade Consumidora): 4/162044-2

Canal de contato

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei
nº 10.439, de 28 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
28/07/19	18628	28/08/19	19712	1	84	30
Demonstrativo						
CCI - Descrição	Quantidade	Valor Base Calc. Atual	Valor Base Calc. Ant.	ICMS (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	Variação (R\$)
		Tributos Totais (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	PIS/COFINS (R\$)	0,0034% (0,0035%)
0801 Consumo até 20kWh-BR	30,000	0,177340	5,32	0,00	0	0,00
0801 Consumo - 31 a 100kWh-BR	54,000	0,304030	16,41	0,00	0	0,09
0801 Adic. B. Amarela			0,04	0,00	0	0,00
0801 Adic. B. Vermelha			1,66	0,00	0	0,09
0810 Subsidio			22,48	0,00	0	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807 CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			4,02	0,00	0	0,00
0999 BÔNUS IATP/LEI 10439/2002 07/2019			-1,20	0,00	0	0,00
0908 Devolução Subsidio			-21,43	0,00	0	0,00
CCI - Código de Classificação do Item						
Tarifa e Tributos: Até 30kWh 0,169370		Até 100kWh 0,258830	27,30	0,00	0,00	45,81
						0,38
						1,78



BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Nº10655.01.2019.2.00.401

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 28/06/2019

Hora: 21:55:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Avenida João Wallig, Distrito Industrial, Campina Grande, PB.

Ponto de referência: De Frente a Empresa Nazaria

PARTE(S)

VITIMA	Nome: Aroldo Raimundo da Silva
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Maria Jose Ferreira da Silva e Inacio Raimundo da Silva
	Idade: 48 Data de Nascimento: 29/01/1971 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Alagoa Nova
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Ensino médio completo Profissão: Marceneiro
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 929.739.224-53
	Endereço: Rua Jesuíno Alves Correia, 661, Cruzeiro, Campina Grande, PB
TESTEMUNHA	Complemento: Não informado
	Ponto de referência: Granja Junior
	Telefone: (83) 98822-5272
	Nome: Lucas Barbosa da Silva
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Solange Barbosa da Silva e Aroldo Raimundo da Silva
	Idade: 21 Data de Nascimento: 03/12/1997 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Campina Grande
	Estado Civil: solteiro(a)
	Escolaridade: Ensino superior incompleto Profissão: Estudante
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 700.827.544-70
	Endereço: Rua Jesuíno Alves Correia, 661, Cruzeiro, Campina Grande, PB
	Complemento: Não informado
	Ponto de referência: Casa
	Telefone: (83) 98141-5301

Procedimento Policial: 10655.01.2019.2.00.401





TESTEMUNHA

Nome: Anailza da Silva Alves
Conhecido por: Não informado
Filiação: Hilda Bezerra da Silva e Francisco Ernesto da Silva
Idade: 54 **Data de Nascimento:** 18/02/1965 **Identidade de Gênero:** feminino
Nacionalidade: brasileira **Naturalidade:** Campina Grande
Estado Civil: viuvo(a)
E escolaridade: Ensino fundamental incompleto **Profissão:** Domestica
Cargo: Não informado **Matrícula:** Não informado
Documentos(s) de Identificação: CPF nº 798.213.404-15
Endereço: Rua Jesuino Alves Correia, 661, Cruzeiro, Campina Grande, PB
Complemento: Não informado
Ponto de referência: Casa
Telefone: (83) 98839-0040

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) **Moto**, marca HONDA/NXR150 BROS ES, modelo HONDA/NXR150 BROS ES, tipo de veículo PASSEIO, cor VERMELHA, ano 2009, UF: PB, placa MOM-6194, chassi 9C2KD04209R000474, renavam 00135268370, características gerais: Nome Proprietário: aroldo Raimundo da Silva

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

PARTE

Exame de Lesão Corporal Nº 251.2019
(1) Aroldo Raimundo da Silva (VITIMA)

HISTÓRICO

Que a vitima na data do dia 28/06/2019 as 21h 55min estava a transitar com sua moto já descrita acima na rua também já citada;Que a vitima em um dado momento do percurso viu que um animal tipo cachorro atravessou a via;Que como este animal atravessou inesperadamente a via a vitima veio a colidir com este animal e com este impacto a vitima foi lançada ao solo e posteriormente foi socorrida pelo SAMU para o Hospital Antônio Targino, R. Delmiro Gouveia, 442 - Centenário, Campina Grande - PB, 58428-106;Que neste citado Hospital a vitima foi diagnosticada com FRATURA NA TIBIA E FÍBULA,conforme atestado medico com o Cid S82-0

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.




SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de Campina Grande -
Setor de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA

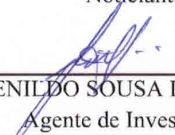


Campina Grande/PB, 26 de setembro de 2019.


ELIZABETH REGINA BECKMAN DE SOUZA
Delegado(a) de Polícia Civil


AROLDO RAIMUNDO DA SILVA

Noticiante


JOSENILDO SOUSA DE ALMEIDA
Agente de Investigação

Procedimento Policial: 10655.01.2019.2.00.401

3/3





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190595076

Vítima: AROLD RAIMUNDO DA SILVA

Data do Acidente: 28/06/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), AROLD RAIMUNDO DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00145/00146 - carta_04 - INVALIDEZ

00020073



Carta nº 15052269





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB
Secretaria de Saúde do Município
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAMU Regional CG - 192



DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG - 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA:	28/6/2019	HORA:	21:55 HRS	ID Nº:	1784367
NOME:	AROLDO RAIMUNDO DA SILVA				
QUEIXA:	ACIDENTE DE TRÂNSITO				
LOCAL:	RUA DA FABRICA TESS - DISTRITO INDUSTRIAL				
COMPLEMENTO:	PROXIMO AO POSTO AMIGÃO				
CIDADE:	CAMPINA GRANDE / PB				
DADOS DA REMOÇÃO					
Paciente removido para o Hospital Antonio targino					

Campina Grande, 13 de setembro de 2019.

Deocleio F Nascimento
Coordenação Administrativa
SAMU REGIONAL CG - 192

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191



HOSPITAL ANTONIO TARGINO
SISTEMA DE CONTROLE CLÍNICO
REGISTRO DE INTERNAÇÃO

DATA: 29/06/2019
HÓ: 00:15:30

2350477



Nome do Paciente: AROLD RAIMUNDO DA SILVA
CPF: 929.739.224-53
RG: 1499160
Pai: INACIO RAIMUNDO DA SILVA
Nascimento: 29/01/1971
Idade: 48
Sexo: M
Cor:
Naturalidade:
Religião:
Fone Residencial:
Fone Trabalho:
Complemento Endereço:
Endereço: R. JESUINO ALVES CORREIA, 661 - CRUZEIRO - CAMPINA GRANDE - PB - CEP: CEP: 58106-160
Enderço:
R. JESUINO ALVES CORREIA, 661 - CRUZEIRO - CAMPINA GRANDE - PB - CEP: CEP: 58106-160

Atendimento: 2350477
Data: 28/06/2019
Hora: 23:30
Setor: 3008-SECRETARIA CONVENIOS
Médico Atendente: 30.06.19 10:00
1005367-RICARDO AMORIM FILHO
Plano / Convênio: 7-SAÚDE-BRÁDESCO-PLANO EMPRESA
Nº Carteira: 770175163210005
Validade: 30/03/2020
Nº CNS:
Tipo Atendimento: 5-INTERNAÇÃO CIRURGICA
Motivo Atendimento: 4-INTERNAÇÃO/URGENCIA

Posto: ALA LUCIANO LOBO
Acomodação: 203006 APARTAMENTO 62
Leito: AP62-2
Guia: 9996666 INTERNAÇÃO
Precedimento: 9996666 INTERNAÇÃO
INTERNAÇÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro assumir previamente pela responsabilidade em caráter solidário, por todas as despesas extras no meu contrato de internação e tratamento médico hospitalar, que de direito me compete.
Obrigando-me assim, a solver os valores tão logo sejam apresentados bem como os respectivos depósitos, na forma de regulamento e critério que são do meu inteiro comprometimento.

Assinatura

CAMPINA GRANDE, 29 de 06 de 19

Responsável: AROLD RAIMUNDO DA SILVA
Endereço: R. JESUINO ALVES CORREIA, 661 Bairro CRUZEIRO, CAMPINA GRANDE-PB
Telefone: 8700-9076

RA YSSA DE ARAUJO ALBUQUERQUE
Responsável pelo Atendimento

AROLD RAIMUNDO DA SILVA
Responsável pelo Paciente

REALIZADO EM 29.06.2019
para



PACIENTE: Arnaldo Paimundo da Silva
CONVÊNIO: Bradesco SUS ☐ PRONTUÁRIO: 60294512350573 DATA: 28/06/19
CIRURGIA: Itz Gurgice de Silva + Fibula + Itz
CIRURGIÃO: Dr. Edson de Souza AUXILIAR: Dr. Ricardo Amorim
ANESTESISTA: Dr. Soares
CIRCULANTE: Dr. ... SALA: 01 HORÁRIO: INÍCIO: 10:00 FINAL: 11:00

CÓD.	MEDICAMENTO	QUANT.	CÓD.	MATERIAL	QUANT.	CÓD.	FIOS	QUANT.
1672	ADRENALINA		107329	ADAPTADOR P/ SORO	01		ACIFLEX Nº	
1680	ÁGUA DESTILADA	03	110089	AG. RAQUI 27BD	01		ALGODÃO C/A Nº	
1699	AMINOFILINA		120089	AG. RAQUI 25BD	01		ALGODÃO S/A Nº	
1929	ARAMIN		161281	AG. RAQUI P/ OBESO BD			CROMADO C/A Nº 11604	01
2070	ATROPINA			AGULHA DESCARTÁVEL Nº 40	05		CROMADO S/A Nº	
265799	BEXTRA			AGULHA PERIDURAL Nº			ETHIBOND Nº	
1902	BICARBONATO DE SÓDIO			AGULHA RAQUI Nº			FITA CARDIACA	
4650	CEFALOTINA 1g	02	2259	ALGODÃO HIDRÓFILO			MONOCRYL Nº	
122769	CEFAZOLINA 1g		9113	ALGODÃO ORTOPÉDICO			MONONYLON Nº 2.0/1603	02
1767	CEFTRIAXONA			ATADURA CREPON Nº 15	03		PROLENE Nº	
154666	CETROPROFENO IV			ATADURA GESSADA			VICRYL Nº	
1910	CLORETO DE POTÁSSIO		2356	BOLSA COLOSTOMIA				
2003	CLORETO DE SÓDIO			CÂNULA TRAQUEOSTOMIA Nº				
5304	DEXAMETASONA	01	211958	CAPA PARA VÍDEO				
4855	DICLOFENACO SÓDICO		2429	CATETER OXIGÊNIO	01			
2020	DIPIRONA	02	27850	COLETOR URINA ABERTO				
5673	DOPAMINA		22381	COLETOR URINA FECHADO				
32190	EFEDRINA	01		COMPRESSAS	10			
5339	FENERGAN		142341	COMPRESSAS 25X28				
2038	FUROSEMIDA			DRENO PENROSE Nº				
4286	GARAMICINA			DRENO SUÇÃO Nº				
2046	GLICOSE 50%			DRENO TÓRAX Nº				
2054	GLUCONATO DE CÁLCIO		59587	ELETRODO	05			
5398	HEPARINA	01	2585	EQUIPO MACROGOTAS	01			
5380	HIDROCORTISONA		287393	EQUIPO P/ ARTROSCOPIA				
2062	METOCLOPRAMIDA		2615	ESPARADRAPO	10			
37859	NAUSEDRON 8mg	01	20117	FITA GLICEMIA				
69906	OMEPRAZOL 40mg	01	142220	GAZES 7,5X7,5	150			
70181	PROSTIGMINE		3425	GELFOAN				
70238	QUELICIM		60917	GILETE	01			
28819	RANITIDINA	01		GUENDEL Nº				
70335	SOLUMEDROL 500mg		3468	INTRA-CATH				
403792	TORADOL			JELCO Nº 18	01			
70971	TRANSAMIN			LÂMINA BISTURI Nº 24	01			
70572	TILATIL 40mg	01	132709	LUVAS 6.5				
	CÓD. PSICOTRÓPICOS	QUANT.	111209	LUVAS 7.0				
70254	ALFENTANILA		40126	LUVAS 7.5	04			
8885	DIEMPAX 10mg		3522	LUVAS 8.0	02			
3026	DIMORF 1.0mg		149870	LUVAS 8.5				
3034	DIMORF 0.2mg	01	69752	MICROPORE LARGO				
125149	DIMORF 10mg			SCALPS Nº				
89655	DORMONID	01	3735	SERINGA DE 01cc				
89639	DORMONID COMP.		3700	SERINGA DE 03cc				
46850	FENOBARBITAL		3719	SERINGA DE 05cc	05			
8869	HIDANTAL		3689	SERINGA DE 10cc	05			
9962	KETALAR		3697	SERINGA DE 20cc	05			
89620	PETIDINA		341797	SERINGA DE 60cc (bico longo/curto)				
73210	TRAMAL			SONDA FOLEY Nº				
146832	ULTIVA			SONDA NELATON				
	CÓD. ANESTÉSICOS	QUANT.		SONDA NSG				
70548	ATACURIO			SONDA RETAL				
128233	CISATACURIO		53637	SURGICEL				
9091	ETOMIDATO		4081	TORNEIRA 03 VIAS	01			
3042	FENTANIL			TUBO ENDOTRAQUEAL Nº				
2801	LIDOCAINA 2% C/V							
2119	LIDOCAINA 2% S/V							
2810	LIDOCAINA GELEIA							
2160	NEOCAINA 0.5% C/V							
70750	NEOCAINA 0.5% S/V							
1996	NEOCAINA PESADA	01						
3212	NILPERIDOL	01						
142364	NOVAPUPI C/V							
97449	NOVAPUPI ISOBÁRICA							
264580	NOVAPUPI S/V							
2215	PANCURONIO							
82031	PROPOFOL							
142451	ROCURÔNIO							
24678	SEVORANE							
1945	XYLESTESIN SPRAY							

CÓD.	SOLUÇÕES	QUANT.
2330	ÁGUA OXIGENADA	
149217	ÁLCOOL	
304000	CLOREXIDINA	10
2631	ÉTER	
3603	PVPI DEGERMANTE	
3611	PVPI TÓPICO	
4111	VASELINA	

CÓD.	GASES HOSPITALARES	QUANT.
	APARELHOS	
	AR COMPRIMIDO	
	ASPIRADOR ELÉTRICO	
	BISTURI ELÉTRICO	
	CAPNOGRAFO	
	CRANIOTOMO	
	INTENSIFICADOR	01
	MICROSCÓPIO CIRUR.	
	MONITOR CARDÍACO	
	NITROGÊNIO	
	OXÍDIO NITROSO	
	OXIGÊNIO	01
	OXÍMETRO DE PULSON	01
	VÁCUO	01

CÓD.	SOROS	QUANT.
9156	MANITOL 20%	
174459	PURISOLE 1000ml	
63681	S. FISIOLÓGICO 1000ml	450
98229	S. FISIOLÓGICO 100ml	
9172	S. FISIOLÓGICO 250ml	
9164	S. FISIOLÓGICO 500ml	
9180	S. GLICOSADO 250ml	
9199	S. GLICOSADO 500ml	
9148	S. RINGER 500ml	200
134489	VOLUMEN 5%	

CÓD.	OUTROS	QUANT.
	Maca litica	01
	Maca F	00
	de 10 F.	01
	3.5	06
	4.5	06



PACIENTE: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA BRADESCO	
Nº DO PRONTUÁRIO:	Nº DO ATENDIMENTO:
DATA DA OPERAÇÃO : 29/06/2019	ENFERMARIA :
LEITO:	
OPERADOR: DR EDUARDO O. BRAGA MORAIS	
1º AUXILIAR: DR RICARDO AMORIM	2º AUXILIAR:
3º AUXILIAR:	INSTRUMENTADOR:
ANESTESISTA: DRA SOCORRO ABRANTES	TIPO DE ANESTESIA:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DA PERNA DIREITA E TORNOZELO DIREITO	
TIPO DE OPERAÇÃO: TRATAMENTO CIRÚRGICO DOS OSSO DA PERNA D; TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO LIGAMENTAR TORNOZELO D.	
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO	
RELATÓRIO IMEDIATO DA PATOLOGIA:	
EXAME RADIOLÓGICO NO ATO: SIM ESCOPIA	
ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO:	

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO-TÁTICA E TÉCNICA-LIGADURAS-DRENAGEM-SUTURA-MAT.EMPREGADO-ASPECTO - VICERAS
1- PACIENTE EM DECUBITO DORSAL. COLOCADO SMARCH NA COXA D, SEPCIA, ASSEPCIA, CAMPOS CIRÚRGICOS;
2- INCISÃO COMPARTIMENTO LATERAL TORNOZELO D DISSECÇÃO POR PLANOS FIXAÇÃO DA FIBULA D COM PLACA SEMITUBULAR 3.5 E SEIS PARAFUSOS CORTICAIS, TRATAMENTO CIRURGICO DA LESAO LIGAMENTAR AGUDA DO TRONOZELO D. FIXAÇÃO DA TIBIA D COM INCISOES MINE OPEN USANDO PLACA CAIXA 4.5 EM T COM 6 PARAFUSOS CORTICAIS. RETIRO FAIXA SMARCH.
3- LAVO AS FERIDAS COM SORO, SUTURA E CURATIVO.
4- PERFUSAO PE D OK,
5- ATO SEM INTERCORRENCIAS A RPA.
Dr. Eduardo Braga Moraes Ortopedia - Traumatologia CRM - PB 6188



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: maído R. Silva
ALER: Quem sabe

LEITO: 62

CONVENIO: S

DATA: 28.06.19

DIAGNÓSTICO:

Est. ans. de pna D

MEDICAMENTOS

- ① Dado Linodre
- ② SRI Soma W 121128
- ③ Dipive 1st AD IV 6168
- ④ Mauder 1st + AD W SIN
- ⑤ SSU + CIG
- ⑥ Captopril 25 mg - 2cp VO x PAS 160

Dr. Euler Fabricio A. Cruz
MÉDICO
CRM-PB 9907

EVOLUÇÃO MÉDICA

A ADMISSÃO

Paciente trazido pelo SARU c/ relato de queda de moto, supõe dor na pna direita, no limbo femoral. Se nota qntg. intenso pr ORTOPIEDIA

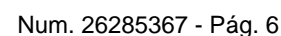
Dr. Euler Fabricio A. Cruz
MÉDICO
CRM-PB 9907


Ortopedista
Maído Couraço L. R.

Dr. Fábio S. de Fátima
Cardiologista Intenve
CRM-PB 81



Dr. Eduardo Braga Moraes
Propedia - Traumatologia
CRM - PB 6588





**HOSPITAL
ANTONIO TARGINO**

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOTA: André Damasceno

LEITO: 1170

DATA: 30/06

CONVÊNIO:

DIAGNÓSTICO: Frnt. lusa + lesão lig. L7/S1

MEDICAMENTOS	11	11	11	11
① Metas oral lusa				
① S.R.L. 1000L @ 24h				
③ D. paracet 500 + AT @ 6/12h	11			
④ Metil 20g + AT @ 12/12h	11			
⑤ D. paracet 500 + AT @ 12/12h				
⑥ Ceftriaxona 1g @ 8/8h	11			
⑦ Paracet 500g + S.F. 100ml @ 12/12h				
⑧ Uschedon 10mg + AT @ 8/8h				
⑨ C.C. 600 + S.S. 500 @ 6/6h				
⑩ Plavix 75mg				
⑪ Ista Ista H.I.				
⑫ Ator				

EVOLUÇÃO MÉDICA

2020 Paciente estável, dor + 14h.

Stabil, no pós op @ OK

Usa paracet 500 + AT @ 6/6h

curativo de 4h

Reform 5a. 18/07/29

Refo cl. p/ conforto; Prescricao ATOR, AT3 + AT

ATOR

Dr. Eduardo Braga Morais
Ortopedia - Traumatologia
CRM - PB 6586



HAT HOSPITAL
ANTONIO TARGINO

Isauro Nogueira

CIRUR. BUCO-MAXILO FACIAL

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA PLÁSTICA

CIRURGIA TORÁCICA

CIRURGIA VASCULAR

CIRURGIA COM VIDEO

CLÍNICA MÉDICA

ELEKTROENCEFALOGRAMA

ENDOSCOPIA

NEFROLOGIA

NEUROCIRURGIA

ORTOPEDIA

OTORRINOLARINGOLOGIA

RAIO X

STENT

TRAUMATOLOGIA

UROLOGIA

ANGIOGRAFIA DIGITAL

ANGIOPLASTIA

BRONCOFIBROSCOPIA

ENDOSCOPIA

ELEKTROCARDIOGRAMA

TOMOGRÁFIA CMP

UTI MÓVEL

*Paciente Anelito Bimundo
da Silva foi submetido
a tratamento cirúrgico
fratura ossos da perna
D, segue em tratamento
novo por operação*

30/06/19
Dr. Eduardo Braga Moreira
Ortopedia - Traumatologia
CRM - PB 6559
619.5720

MELHORE SUA LETRA

Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente.

Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br





HAT HOSPITAL
ANTONIO TARGINO

RG. 14453
1º TURNO RABO

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o paciente

Araldo Bruno da Silva

necessita de 90 (noventa) dias de afastamento de suas

atividades profissionais

a partir desta data.

CID 582.0 Campina Grande, 29 / 06 / 19



Ass. Médico - CRM


Dr. Eduardo Braga-Moreis
Ortopedia - Traumatologia
CRM - PB 6588

AUTORIZAÇÃO DO PACIENTE OU DE SEU
REPRESENTANTE LEGAL A REGISTRAR O DIAGNÓSTICO
CODIFICADO CID OU POR EXTENSO

Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.7.19.17046/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/11/2019
Número da guia: 001.2019.617046 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/11/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 Promovente: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 CONSÓRCIOS DE SEGUROS			UFR vigente: R\$ 50,63
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.228,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 284509283180 520191130001 171917046012 			Valor final: R\$ 1.228,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.7.19.17046/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/11/2019
Número da guia: 001.2019.617046 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/11/2019
Promovente: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			UFR vigente: R\$ 50,63
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas R\$ 12,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.228,45
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.228,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.7.19.17046/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/11/2019
Número da guia: 001.2019.617046 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/11/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 Promovente: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 CONSÓRCIOS DE SEGUROS			UFR vigente: R\$ 50,63
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.228,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000126 284509283180 520191130001 171917046012 			Valor final: R\$ 1.228,45





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 001.2019.617046

Data Vencimento: 30/11/2019

Data Emissão: 18/11/2019

Comarca: Campina Grande

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: AROLD RAIMUNDO DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.012,60

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.227,10

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Cível de Campina Grande

0829148-65.2019.8.15.0001

AUTOR: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que consultando os sistemas , constatei que inexiste ação envolvendo as mesmas partes.

O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande-PB, 3 de dezembro de 2019

MARIA DAS GRACAS WANDERLEY
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050- Fone: (83)3310-2439

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0829148-65.2019.8.15.0001

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária ao(s) autor(es).

Altere-se o ASSUNTO do processo para ACIDENTE DE TRÂNSITO.

Deixo de designar audiência em razão da necessidade de perícia nos presentes autos, tendo a prática demonstrado impossibilidade de composição em processos cuja classe e assuntos são aqueles que constam dos autos.

Cite(m)-se o(s) promovido(s), advertindo-lhe(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar(em) contestação, a contar da juntada do AR/Mandado, e que a ausência de defesa implicará revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.

Apresentada contestação, à impugnação, pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Determino, desde já e de ofício, exclusivamente, a produção da prova pericial, conforme convênio do e. TJPB com a Seguradora Líder.

Por conseguinte, nomeio a Dra. ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA para o encargo de Perito Judicial, independentemente de termo de compromisso, com os honorários fixados a teor do que prevê o Convênio TJPB 15/2014 em R\$200,00 (duzentos reais) e a serem adiantados pelo réu no prazo de 15 (quinze) dias. **Intime-se.**

Em sequência, após juntada do comprovante, proceda a Escrivania com os seguintes atos: **(a)** intimem-se as partes (por meio de seus advogados legalmente habilitados) para, em 05 (cinco) dias, formularem quesitos pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos assistentes técnicos e **(b)** intime-se o nomeado, por telefone e/ou e-mail, para designar dia / local / horário de realização do exame pericial, **enviando-lhe os quesitos e intimando-se em seguida as partes (o autor deverá comparecer munido com todos os seus documentos e exames pertinentes).** Prazo para entrega do laudo: 10 dias.

Deve a perita declarar, acaso solicitada, a presença ou ausência do periciando ao ato da perícia, informando data e hora, além da presença de acompanhante.

O advogado tem o dever de comunicar ao periciando a data, local e horários da perícia designada, sob pena de, não realizada a perícia por não comparecimento da parte sem justa causa comprovada nos autos, julgar-se o processo no estado em que se encontra.

Depositado o laudo em juízo, intimem-se as partes para se manifestarem **sobre a prova acrescida**, em 10 (dez) dias, vindo-me os autos conclusos a seguir, **para julgamento antecipado da lide.**

Intimações e demais diligências necessárias.

Somente ao fim, devidamente instruído o processo, façam os autos conclusos para sentença.

Campina Grande, datado e assinado eletronicamente.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050-
Fone: (83)3310-2439

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0829148-65.2019.8.15.0001

AUTOR: AROLD RAIMUNDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível de Campina Grande-PB **CITO RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na pessoa de seu(sua) representante legal**, dos termos da ação supra, e para, querendo, apresentar **contestação** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

Advertência: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC.

Campina Grande-PB, 6 de dezembro de 2019

IURI LIMA RAMOS REINALDO
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

Processo nº 0829148-65.2019.8.15.0001

AUTOR: AROLDO RAIMUNDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

CERTIFICO que decorreu o(s) prazo(s) sem que a(s) parte(s) promovida, CITADA, via sistema, apresentasse(m) contestação à lide.

O referido é verdade, dou fé.

Campina Grande-PB, 9 de março de 2020

MARIA DAS GRACAS WANDERLEY
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050-
Fone: (83)3310-2439

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0829148-65.2019.8.15.0001

AUTOR: AROLD RAIMUNDO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara supra, intimo a parte **autora**, através de seu(sua)(s) advogado(a)(s) constituído(a)(s) nos autos, para manifestar-se sobre certidão nos autos. Prazo de quinze dias.

Advogado: INACIO BRUNO SARMENTO OAB: PB21472 Endereço: AC Santa Teresinha_, Zona Rural, Centro, SANTA TERESINHA - PB - CEP: 58720-970**

Campina Grande-PB, 9 de março de 2020

MARIA DAS GRACAS WANDERLEY
Técnico Judiciário



Petição em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo nº: 0829148-65.2019.8.15.0001

AROLDO RAIMUNDO DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Ex^a, requerer que sejam declarados os efeitos da REVELIA, pelos fatos e direito a seguir:

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Em 16/11/2019, foi proposta ação de Cobrança de seguro DPVAT. O réu foi citado para apresentar defesa escrita. Assim considerando que o Réu não compareceu aos autos para apresentação de sua defesa, tem-se por necessária a decretação da REVELIA e todos os seus efeitos.

DA REVELIA

Sempre que houver citação válida e o réu não comparecer em juízo, tem-se configurada a revelia. Assim, inquestionável sejam aplicados os efeitos da revelia, quais sejam:

Efeito material: Confissão ficta – presunção de veracidade das alegações de fato feitas pelo demandante (artigo 344, CPC);

Efeitos processuais: preclusão do réu ao direito de trazer aos processo quaisquer matéria de defesa, e possibilidade de julgamento antecipado do mérito de causa com o efeito material da revelia (artigo 355, II, CPC).

Consoante denota-se dos autos, o requerido não apresentou defesa, conforme se denota dos autos do processo, e da carta precatória processo nº: 0814640-51.2018.8.15.0001, tendo o prazo findado, configurando os exatos termos da revelia.

Diante do Exposto REQUER a V. Exa., seja decretada a REVELIA do requerido, e por via de consequência com o julgamento antecipado da lide julgando procedente o pedido inicial.





Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 10 de Março de 2020.

Inácio Bruno Sarmiento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02,
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050- Fone: (83)3310-2439

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0829148-65.2019.8.15.0001

Vistos, *etc.*

Ante o certificado nos autos, decreto a **revelia** da parte promovida, aplicando-se ao caso o disposto no Art. 344 do CPC/2015.

Intime-se a parte autora para dizer se tem outras provas a produzir, especificando-as e justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento do processo no estado em que se encontra, ou se deseja o julgamento antecipado da lide, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimem-se. Cumpra-se.

Campina Grande, datado e assinado eletronicamente.

Juiz(a) de Direito



Petição de Provas em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

PROCESSO Nº **0829148-65.2019.8.15.0001**

AROLDO RAIMUNDO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V.Exa., expor e requerer:

MM. Juiz, vem a parte autora Informar no tocante ao R. Despacho dos autos, que tem interesse na realização de prova pericial médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez que acomete o autor, que não deseja indicar assistentes técnicos, no entanto, apresenta os seguintes quesitos:

- 1) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA, DE QUE FORMA?**
- 2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQUÊLAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS);**
- 3) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?**
- 4) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO OU, GRAVE? E QUAL PERCENTUAL?**

Termos em que,

Pede deferimento.

Campina Grande -PB, em 03 de Abril 2020.

INÁCIO BRUNO SARMENTO
-Advogado-
OAB/PB-21472

1

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0829148-65.2019.8.15.0001

DECISÃO

Vistos, etc.

Cumpra-se o despacho de id 26745932.

CG, 3 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível de Campina Grande

Número do Processo: 0829148-65.2019.8.15.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: AROLD RAIMUNDO DA SILVA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei a perita via email, conforme abaixo.

A imagem é uma captura de tela de uma interface de e-mail (Zimbra) mostrando um e-mail enviado por Maria das Gr... Wanderley para dr.rosaduarte. O e-mail contém a seguinte mensagem:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Processo nº 0819518-82.2019.8.15.0001
Vistos, etc.
Defiro a gratuidade judiciária ao(s) autor(es).
Altere-se o ASSUNTO do processo para ACIDENTE DE TRÂNSITO.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial fazendo juntar aos autos documento que comprove o prévio requerimento administrativo do seguro pleiteado realizado há mais de 30 (trinta) dias (S 1º do Art. 5º da Lei 6.194/1974), sob pena de indeferimento da petição inicial. Apenas se juntado tal documento, cite-se. Caso contrário, façam os autos conclusos para sentença de extinção.
Deixo de designar audiência em razão da necessidade de perícia nos presentes autos, tendo a prática demonstrado impossibilidade de composição em processos cuja classe e assuntos são aqueles que constam dos autos.
Cite(m)-se o(s) promovido(s), advertindo-lhe(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar(em) contestação, a contar da juntada do AR/Mandado, e que a ausência de defesa implicará revelia e presunção da veracidade dos fatos alegados na petição inicial.
Apresentada contestação, à impugnação, pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Determine, desde já e de ofício, exclusivamente, a produção da prova pericial, conforme convênio do e. TJPB com a Seguradora Lider.
Por conseguinte, nomeio a Dra. ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA para o encargo de Perito Judicial, independentemente de termo de compromisso, com os honorários fixados a teor do que prevê o Convênio TJPB 15/2014 em R\$200,00 (duzentos reais) e a serem adiantados pelo réu no prazo de 15 (quinze) dias.

, 8 de abril de 2020

MARIA DAS GRACAS WANDERLEY

